

## RECENSÕES

III. Morfo-sintaxe. A autora procura reconstruir a situação linguística do Noroeste Peninsular estabelecendo confrontos com outras regiões, com o Galego moderno e com as actuais variedades linguísticas do Entre Douro e Minho. A estes dois capítulos segue-se um terceiro, menos extenso, de conclusões, que contém uma síntese dos aspectos mais interessantes e uma sistematização final. Por fim, há a bibliografia e um índice geral detalhado.

No que diz respeito ao primeiro capítulo não é fácil ajuizar o valor da edição, sem um confronto com os textos manuscritos. Assim, apenas se pode dizer que os critérios de transcrição expostos parecem revelar uma escrupulosa leitura e a mais genuína preocupação de fidelidade ao texto, como se pode deduzir do seguinte passo de A., que constitui um autêntico *credo* de editor de textos manuscritos: «Perante a transcrição de um texto, deve o leitor ter a possibilidade de saber o que está no original» (pp. 29-30). A A. defende ainda o princípio de que só uma transcrição fidedigna permite o trabalho do linguista, nomeadamente no que diz respeito à identificação dos traços fonológicos visíveis no manuscrito; o valor da análise linguística é assim condicionado pela transcrição do texto. Além da enumeração e justificação das normas de transcrição seguidas figura ainda neste capítulo uma abordagem da problemática da localização dos documentos, sendo de importância fulcral para a análise linguística a determinação da proveniência do notário, aquele que efectivamente escreveu o texto, bem como, sempre que possível, dos seus contactos culturais, etc.. A A. defende ainda que na impossibilidade de identificar o escriba do texto, ou de obter dados sobre este, se deve atender à localidade em que o texto foi escrito, à naturalidade dos outorgantes, dos intervenientes, das testemunhas. Ainda neste capítulo a A. faz uma fina apreciação crítica das edições até ao momento disponíveis de textos medievais galego-portugueses, em particular das de Margot Sponer e de Martínez-Salazar, que em parte corrige<sup>2</sup>. Com a edição de 168 documentos não literários a A. presta um extraordinário contributo aos estudos de história da língua portuguesa no que diz respeito ao período medieval. Os 168 documentos distribuem-se pelas quatro províncias galegas (La Coruña, Lugo, Orense, Pontevedra) e duas portuguesas (Douro Litoral e Minho).

Em relação ao capítulo II a A. discute na Parte I-Fonética e Fonologia a relação grafema-fonema, ou seja, a relação entre a estrutura do sistema ortográfico e a estrutura linguística, reiterando a importância da correcta relação entre grafemas e fonemas sobretudo no estudo de estados de língua passados que escapam a uma observação directa. Não há, segundo a A., uma correspondência biunívoca entre grafema e fonema nos documentos estudados resultando o mais grave desajuste da contínua evolução do sistema fonológico e da realização fonética face a uma evolução muito lenta ou inexistente do sistema ortográfico. A A. faz um inventário dos grafemas utilizados nos textos da Galiza e de Portugal desde o séc. XIII ao séc. XVI, salientando que apesar

<sup>2</sup> A A. considera serem de menor confiança as leituras de Martínez Salazar e inclusivamente «relé» alguns documentos desta colectânea; refere ainda que para estudos de natureza morfo-sintáctica e/ou lexical os documentos de Martínez Salazar não põem problemas; em relação às leituras de Margot Sponer manifesta aprovação fazendo reparos de pormenor.

das semelhanças e coincidências se nota uma certa divergência sobretudo na representação dos sons novos (africadas e palatais), sendo os textos da Galiza marcados pelo polimorfismo, por uma flutuação e instabilidade e um arcaísmo que contrastam com a maior estabilização, e menor grau de conservadorismo dos documentos de Portugal; nestes últimos, observa-se uma linha mais ou menos contínua de evolução, fruto de uma padronização que se inicia logo no séc. XIII. Finalmente, a A. passa à determinação do valor fónico e fonológico de cada um dos grafemas utilizados. Este terceiro aspecto da parte I tem uma evidente relação com a parte II — Fonética Histórica, sendo esta última, em certa medida, a conclusão das premissas da primeira parte. Aliás a separação das duas partes obedece a um manifesto objectivo de maior clareza de exposição; o tratamento simultâneo dos dois aspectos atingiria uma tal concentração de dados que impossibilitaria uma adequada apreensão de conteúdos. Note-se que a A. evita cuidadosamente a redundância de dados, remetendo o leitor para passos anteriores da obra. Em relação aos grafemas de valor vocálico, determina as suas funções em sílaba tónica e átona (considerando as posições pretónica, postónica e final) e em contextos que possam condicionar o valor do fonema representado (contextos palatais, labiais, ou ainda assimilações ao timbre da vogal das sílabas vizinhas — fenómenos de metafonía e inflexão vocálica). Para a determinação do valor dos grafemas e consequente descrição do estado da língua, além da análise dos textos, recorre a A. a dados fornecidos por outros textos galego-portugueses disponíveis, a testemunhos posteriores (por exemplo, os dos gramáticos do século XVI e seguintes e aos resultados observáveis nas variedades modernas do Galego e do Português). O estudo realizado nas partes I e II deste capítulo apresenta-se verdadeiramente inovador no que respeita a certos pontos do sistema fonológico como, por exemplo, a determinação dos timbres vocálicos. Relativamente ao *e* tónico sustenta a A. que os fenómenos de inflexão vocálica (abertura do timbre da tónica) por influência de *a* da sílaba seguinte não se tinham ainda verificado e portanto as formas manteriam [e] etimológico; a metafonía no caso de palavras como *esta, essa, aquela, ela* seria assim um fenómeno tardio, pelo menos posterior ao séc. XVI. Quanto às palavras terminadas em -u, como por exemplo *mētu*, o alteamento metafónico poderia ocorrer esporadicamente em Galego-português (pp. 339-345 e 508-510). Também em relação a *o* tónico se verifica que em palavras com [o] etimológico, a grafia *o* representa de um modo geral [ɔ], embora a A. admita que em certos casos e em algumas zonas o seu valor possa já ser [o] (pp. 382-386 e 508-510). Analogamente, *e* e *o* tónicos nasais poderiam corresponder respectivamente a [ẽ] ou [ẽ̃] (pp. 384-351 e 510-511) e [õ] ou [õ̃] (pp. 386-388 e 511), ou seja também a inflexão vocálica provocada por nasal homossilábica se verificava apenas ocasionalmente.

No que diz respeito ao vocalismo átono, a A. encontra evidência desde os textos mais antigos (já no séc. XIII) e ao longo de todo o período estudado do «relaxamento» das vogais *e* e *o* em posição pre e postónica particularmente em certos contextos (semi-vogal palatal, vogal alta em sílaba seguinte, hiato ou contexto nasal).

*E* final é já realizado como [i] desde pelo menos o séc. XIII; há evidência ortográfica de que o fonema resultante de *ĭ*, *ē* e *ŷ* latinos e o fonema resultante

de *i* latino convergem no início do período estudado, uma vez que, na ausência de valor distintivo, a oposição se neutraliza. Assim, *e* final admitiria realizações fonéticas diferentes, ora [e] ora [i]. A situação descrita é uma situação típica de *variação inerente*; a A. não utiliza, porém, conceitos ou terminologia de W. Labov<sup>3</sup>. Situando no séc. XIII (pelo menos) o início do fenómeno de alteamento de *e* átono final, a A. faz recuar a época mais frequentemente apontada para este fenómeno de evolução. De igual modo, *o* átomo final admitiria realizações [u] ou [o] desde pelo menos o séc. XIII; também neste caso seria produtiva a utilização do conceito de *variação inerente*. A A. interpreta certas grafias *u* como latinizantes dado que ocorrem apenas no início do período estudado e defende a existência de realizações [o] argumentando com a ausência de metafonía em diversas zonas da Galiza e Entre Douro e Minho e a persistência de [o] no Galego actual. O presente trabalho também apresenta dados muito importantes acerca da realização dos ditongos; em relação a *ou* a A. refere realizações mais próximas do etimológico [au] em certas zonas da Galiza; quanto aos ditongos de formação recente a informação mais interessante é a de que já no séc. XIII há evidência da alternância [oi]/[oi].

Em relação ao consonantismo, há três pontos do sistema acerca dos quais a A. avança dados novos. Em primeiro lugar, quanto ao sistema das sibilantes verifica-se que depois da simplificação das africadas pré-dorso-alveolares, (por perda do elemento oclusivo inicial) as fricativas pré-dorso-alveolares resultantes mantêm uma margem de segurança muito pequena em relação ao par ápico-alveolar. A neutralização desta oposição deu-se com resultados divergentes em diversas regiões da Península; a adopção de um ou outro sistema verificar-se-ia, segundo a A., simultaneamente nas várias regiões, não sendo portanto resultante de influências linguísticas, ao contrário do que tem sido frequentemente referido. Ainda em relação às sibilantes, surgem desde o séc. XIII erros ortográficos que reflectem a confusão entre [s] [z] e [š] [ž], sobretudo nos textos da Galiza, mostrando que o ensurdecimento das fricativas alveolares e pré-palatais é muito antigo naquela região. Em final de palavra, [s] > [š]; segundo a A. as grafias galego-portuguesas autorizam a hipótese de que a pronúncia palatal já estava em germen. Em segundo lugar, a evolução [b̥(v)] > [b] verifica-se na região noroeste da Península desde o séc. XIII pelo menos e é segundo a A., autóctone, não ficando a dever-se a influência castelhana; esta tendência evolutiva acentua-se, generalizando-se ao longo dos séculos XIV e XV. Finalmente, a A. fornece ainda certos dados acerca das terminações latinas -ANU, -ONE, -ANE. De facto, a análise que faz no corpus agora editado permite já observar, em pleno período medieval, diferentes resultados para estas terminações. Verifica-se por exemplo, uma uniformização em [-ão], absorvendo [ã] e [õ] nas grafias de alguns documentos da região portuguesa; também em alguns documentos do Minho e Douro Litoral as grafias indicam uma acção análogica a partir de [õ] > [õu]; em textos da região galega encontram-se

<sup>3</sup> A contribuição da sociolinguística laboviana para os estudos de dialectologia e evolução linguística é muitas vezes ignorada quando seria oportuna a sua utilização sobretudo para esclarecer estádios iniciais (e a propagação) de fenómenos de evolução linguística. (Cf. LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*, Philadelphia, 1972, sobretudo pp. 271-284).

## RECENSÕES

grafias indicativas de diversos tipos de desnasalização; [u] na zona continental, [an] na região atlântica e [a] na região setentrional. Em relação ao plural já há também, segundo a A., soluções diversas nos textos do período estudado, assim a terminação -ANES>[ás] na região galega continental e setentrional e -ANES>[ans] na região galega atlântica. A terminação -ONES>[ós] nas zonas galegas continental e setentrional e ONES>[óns] no galego atlântico; a distribuição geográfica não corresponde rigorosamente à actualmente verificada no galego, mas os resultados observáveis modernadamente estão sem dúvida delineados no período medieval.

Resumindo, há portanto um importantíssimo contributo neste trabalho para a localização de certos fenómenos de evolução linguística no espaço e no tempo galego-português (e para a fixação de uma cronologia de evolução), tanto mais que é notória a falta de concordância dos diversos autores acerca de certos fenómenos de evolução: não há geralmente unanimidade quanto à sua datação e distribuição geográfica. Estão neste caso manifestamente os fenómenos de metafonia, o alteamento das átonas e a neutralização de oposição [b]/[b']. Em relação às duas primeiras partes do capítulo II e leitura teria sido facilitada se no início do trabalho figurasse uma lista confrontando o alfabeto fonético utilizado pela A. com o alfabeto fonético internacional. (Particularmente para os leitores mais familiarizados com este último).

A III parte do segundo capítulo contém uma descrição exaustiva de praticamente todas as categorias gramaticais que figuram no *corpus*. Também neste domínio a A. detecta idiosincrasias dos textos galegos. Globalmente, nesta parte reservada à morfo-sintaxe, verifica-se uma concordância com autores já clássicos; esporadicamente a A. avança hipóteses novas, mais esclarecedoras. Esta parte é, portanto mais descritiva e menos interpretativa do que as duas precedentes. São, no entanto, de grande interesse certas observações acerca do artigo definido, cuja forma *lo, la, los, las* deve ser interpretada, segundo a A., como arcaísmo e não influência de outras línguas (constituindo ao mesmo tempo um traço típico da zona galega). Também a observação de particularidades sintácticas dos pronomes pessoais faz notar que no Galego-português coexistem dois sistemas funcionais: Um, ainda existente no português moderno de Portugal, em que formas tónicas dos pronomes pessoais podem desempenhar diversas funções regidas de preposição; outro, no qual os pronomes desempenham função de complemento directo sem preposição. A utilização dos dois tipos de construção mantém-se ainda no português do Brasil e de África sendo portanto, ao contrário do que por vezes tem sido afirmado, conservação de uma feição típica do Galego-português. Na referência às conjunções e locuções conjuntivas, a A. não fornece tentativas de explicação para certas mudanças de sentido observadas. Apenas a título de exemplo, em relação à conjunção *todavia* a A. refere uma transição sintáctica e semântica que não esclarece; os dois usos diversos exemplificados, um com a «acepção etimológica» e outro com a «acepção moderna» manifestam uma diversidade de posição na frase que não é sequer referida e que poderá ter que ver com a mudança operada (p. 882). Finalmente, a análise das particularidades de alguns verbos é um dos aspectos mais importantes desta terceira parte. Para além da convivência entre formas etimológicas e analógicas, a A. verifica a existência de características diferenciais

entre os textos da Galiza e os de Portugal e de uma diferenciação sociolinguística no uso de variantes diferentes das mesmas formas.

O capítulo III constitui uma excelente sistematização dos anteriores tendo em vista os objectivos a obter. A A. sublinha a possibilidade de considerar a existência de uma comunidade linguística galego-portuguesa que apresentava uma variação horizontal e vertical como qualquer comunidade linguística. No entanto, com base na caracterização da linguagem de documentos notariais particulares da Galiza e de Portugal a A. determina uma diversificação regional no interior da área linguística estudada, sendo a distinção mais clara a que se pode observar entre a língua falada na Galiza por um lado e no Entre Douro e Minho por outro. Há particularidades fonéticas, morfo-sintácticas e lexicais que individualizam estas duas regiões. A A. aponta ainda a possibilidade de detectar sub-divisões dialectais das áreas galega e portuguesa, como por exemplo a região alto-minhota (Entre Minho e Lima); na Galiza, observam-se, aliás, diversos eixos de diferenciação linguística que determinam uma zona continental, uma zona setentrional e uma zona atlântica sendo ainda possível individualizar zonas mais restritas.

Finalmente, a A. procede a uma análise dos principais contributos do trabalho:

- descrição de carácter fonológico e morfo-sintáctico;
- detecção de variação no espaço e no tempo;

- a) regiões e sub-regiões; dialectologia galega e do noroeste de Portugal;
- b) evolução do Galego-português e distanciação entre Galego e Português;
- c) cronologia da evolução (com datação muito precisa de certos fenómenos); note-se que há, porém, aspectos muito importantes da estrutura fonológica do Galego-português analisados no capítulo II, que não são minimamente referidos nas conclusões, possivelmente pelo facto de não constituírem característica distintiva entre a língua dos textos provenientes da Galiza e a língua dos documentos provenientes de Portugal;

- esclarecimento da história do português e suas variedades na Idade Média;

- importância da edição do *corpus* para estudos de carácter lexical.

É ainda fornecida pela A. uma bibliografia muito completa no domínio dos estudos galego-portugueses; em relação à informação bibliográfica, apontaria apenas o facto de, apesar da repetida utilização dos conceitos de «variedade sociolinguística» e «conotação sociolinguística», não aparecer referência a nenhum texto representativo da teoria sociolinguística laboviana nem aos eventuais contributos dessa teoria para a história da língua.

Não pode deixar de ser referida a ausência de um tratamento sistemático do *corpus* para trabalhos de natureza lexical. A A. foca este problema logo no *prefácio* (p. XI, nota 1) afirmando o interesse e importância da elaboração de um glossário ou pelo menos de um índice das formas comentadas, tal estudo não foi possível, segundo a A., nos limites impostos a este trabalho. Note-se, no entanto, que há numerosos comentários e referências de carácter lexical ao longo do estudo linguístico patente no capítulo II. Veja-se por

exemplo o passo em que a A. comenta a existência paralela das formas *domaa* (<HEBDOMADA) e *semana, somana* (<SEPTIMANA), fornecendo dados acerca da vitalidade relativa e da história das duas palavras (pp. 632 e 633, sobretudo a nota 1). Também no tratamento da categoria *nome*, aparecem comentadas diversas palavras como por exemplo *grádo, revor/revora, preindes*, etc. (pp. 652-654). Encontra-se ainda este tipo da referência no tratamento das categorias *numeral* e *partitivo* (pp. 717-719) e a propósito dos advérbios, sendo discutida pela A., no caso de alguns uma provável origem franco-provençal (pp. 862-863 e 868-873). Finalmente no capítulo reservado às conclusões a A. sugere uma organização em campos semânticos que seria apropriada para o estudo do léxico dos documentos agora editados (p. 953, sobretudo a nota 2).

Resta referir que a A. exprime ao longo de toda a obra, opiniões sempre firmemente apoiadas no estudo criterioso dos textos. Refere geralmente a opinião de diversos autores em relação aos assuntos analisados, procedendo a uma avaliação da pertinência relativa das diferentes hipóteses; no caso de nenhuma hipótese disponível dar conta dos fenómenos observados, a A. formula uma hipótese explicativa sempre cautelosa e fundamentada na análise dos textos do *corpus*, na análise de outros textos galego-portugueses, de textos de outras regiões da Península, dos testemunhos dos gramáticos e das variedades linguísticas modernas.

Para além dos contributos já referidos, este trabalho tem o mérito de não esgotar o *corpus* que edita. O material agora fornecido poderá ser retomado em futuros trabalhos no âmbito da ortografia (detectar o sistema ortográfico de cada «scriptorium» ou as variações ortográficas de um mesmo notário), no âmbito da descrição morfo-sintáctica, no âmbito do léxico (glossários parciais ou dicionários históricos do Galego-português, do Português, do Galego). Pode ainda servir de modelo para outros trabalhos com metodologia afim que tenham por objecto documentos notariais particulares de outras regiões, o que poderia levar ao estudo do sistema ortográfico da Chancelaria Real ou de «scriptoria» do centro e sul de Portugal e finalmente a uma história da ortografia do Galego, do Português e das suas variedades.

Sem dúvida esta *História do Galego-Português* constituirá uma base segura de referência para a futura investigação neste domínio. De todos os aspectos positivos já apontados resulta que o trabalho da A., para além de representar uma reconstrução do estado linguístico do Noroeste peninsular no período medieval, constitui também, em certa medida, uma autêntica restituição do Galego-Português aos estudos de história da língua.

Clara Araújo Barros